

A ESTRATÉGIA NACIONAL DO BRASIL

(*) Darc Costa

Toda política responde ao que fazer. A política de defesa responde o que fazer para defender o Brasil. Mas defender o Brasil de que? Das ameaças que pesam sobre ele. E que ameaças seriam essas? São aquelas que pesam sobre seu destino de ser centro. Aqui está a resposta.

E para ser centro como veremos é necessário ter um projeto nacional que resulta de uma estratégia nacional. Política de defesa é feita para defender também a estratégia nacional do Brasil.

Analisemos melhor a questão. Como dizia o mestre romano Cícero, a história é mestra da vida. É no passado que se encontra o futuro. É na história que se devem buscar os ensinamentos capazes de construir o futuro.

Olhemos a história da civilização humana. Há, a seu longo, ações que desencadeiam a desordem e há ações que restabelecem uma nova ordem, em novo patamar. Ruptura e equilíbrio transitório se alternam. Ruptura processada segue-se um equilíbrio transitório que caracteriza uma nova ordem. Esta nova ordem traz em si o germe da sua própria destruição. De certa forma, isto se expressa nas idéias contidas nos versos abaixo:

Pérsia era o centro, Grécia era a periferia.

Pérsia era culta, Grécia era bárbara. Veio o tempo;

Grécia era o centro, Roma era a periferia.

Grécia era culta, Roma era bárbara. Veio o tempo;

Roma era o centro, o Império Bizantino era a periferia.

Roma era culta, o Império Bizantino era bárbaro. Veio o tempo;

O Império Bizantino era o centro, os árabes estavam na periferia.

O Império Bizantino era culto, os árabes eram bárbaros. Veio o tempo;

Os árabes estavam no centro, a Península Ibérica era a periferia.

Os árabes eram cultos, a Península Ibérica era bárbara. Veio o tempo;

A Península Ibérica era o centro, a Inglaterra era a periferia.

A Península Ibérica era culta, a Inglaterra era bárbara. Veio o tempo;

A Inglaterra era o centro, a América era a periferia.

A Inglaterra era culta, a América era bárbara. Veio o tempo;

A América é o centro. A América é culta. O tempo virá...

Estes versos, além de mostrarem o predomínio sempre transitório no processo de avanço da civilização, mostram a ruptura e o estabelecimento de uma nova ordem, sucessivas vezes, no decorrer do tempo.

A simplificação estabelecida permite ainda concluir que a dinâmica da civilização, poderia ser assim resumida: toda periferia busca o centro e toda a barbárie busca a cultura.

O Brasil é tido como bárbaro e periférico. Mas, todos que chegaram ao centro foram bárbaros e periféricos. É importante entender a dinâmica que estes atributos impõem.

O Brasil é também um estado nacional. A idéia de estado nacional é um pensamento muito elaborado. Seu entendimento pressupõe o caminhar através de uma linha ininterrupta de idéias, através do espaço e do tempo, que ligam as hordas às grandes potências. O estado nacional constitui o resultado das soluções silenciosas e progressivas das questões que surgiram da convivência humana. Entretanto, essas soluções sempre foram pactuadas, sempre levaram ao pacto. Seja aquele resultante da imposição do mais poderoso e que, portanto, decorre da racionalização de desvantagens; seja aquele que advém da composição de vontades, e que, portanto, resulta da racionalização de vantagens. O pacto é antes de tudo um produto da razão.

A linha que liga as hordas à sociedade atual - à civilização - é um contínuo de pactos, sendo a mais visível expressão da razão. O estado nacional é a mais recente estação dessa linha ininterrupta de pactos e é um produto da razão.

O estado nacional, portanto, resulta da ordenação do homem. Entretanto, esta ordenação se processa através de ondas sucessivas.

.Ser centro exige caminhar na dinâmica da civilização e é esta dinâmica que reclama para todos os estados nacionais, a partir do século XVI, um projeto nacional, fruto de uma estratégia nacional. O estado nacional se apresenta desde o Renascimento, de forma explícita, através de um projeto nacional.

Contudo, a construção do projeto nacional, como é concebido atualmente, é algo que tem sua origem na Idade Moderna, no final do século XVIII. Até então, o projeto nacional era parte do antigo estado nacional vindo do Renascimento, era algo implícito na ação dos reis e se constituía em parte expressiva do chamado direito divino dos reis. O projeto do antigo estado nacional era o projeto da casa reinante, algo que se explicitava através dos desígnios do rei. O início do século XIX traz uma profunda modificação na elaboração do projeto. A partir de então, surge o moderno estado nacional e o estado nacional só se legitima se cada cidadão ver no projeto de seu estado, no projeto nacional, o seu próprio projeto.

É bom lembrar que no final do século XVIII o centro de avanço do processo da civilização estava separado pelo Canal da Mancha, pois era disputado pela França e pela Inglaterra. Era um centro dividido e estava rompido.

Dois rupturas haviam se processado.

A primeira, na maneira de agir, na Inglaterra, pelo nascente processo de industrialização. Esta ruptura é conhecida como revolução industrial gerando o que veio, mais tarde, a se denominar sociedade industrial..

A segunda, na maneira de pensar, na França, em decorrência do bafejar da abertura proporcionada pela prevalência das idéias sobre os dogmas. Esta outra ruptura deu origem à revolução francesa e à derrubada do absolutismo levando ao moderno estado nacional. A partir da revolução francesa, a cidadania se colocou como um valor maior, assim como o projeto nacional deixou de ser o projeto da casa reinante e passou a ser o projeto da cidadania.

Voltemos a história. A periferia ao final do século XVIII só não compreendia a Inglaterra e a França que disputavam o centro e englobava a maior parcela da Europa e todos os demais continentes.

Como se comportaram os estados então periféricos que buscavam o centro? Como se comportaram os antigos retardatários, aqueles que tinham, além dos meados do século XIX, um amplo mercado interno e que buscavam viabilizar antigos estados nacionais estruturados? Como se posicionaram o Império Austro-Húngaro, a Rússia, a Alemanha, o Império Otomano, a Itália, os Estados Unidos e o Japão, que aqui nomearemos como os antigos retardatários?¹

Em primeiro lugar, estabeleceram como seus principais objetivos ter um estado nacional moderno e criar uma sociedade industrial²

Mas, se os antigos estados nacionais estruturados buscavam como política criar um estado nacional moderno e uma sociedade industrial, eles necessitavam, para tanto, se dotarem, para atingir esses objetivos, de uma estratégia nacional, de uma concepção estratégica de estado e de uma vontade nacional. A título de ilustração, analisemos rapidamente o comportamento desses retardatários:

O Império Austro-Húngaro buscou uma concepção estratégica muito limitada. Talvez em decorrência do seu processo de formação - que se deu pela assimilação, ao longo do século XVIII, de diversas nacionalidades, no centro europeu, sob um predomínio germânico - a

¹ Nesta época a América ibérica ainda era um espaço colonial.

² O entendimento do que vem a ser um estado nacional moderno e uma sociedade industrial é de extrema importância para essa exposição. Entendemos como estado nacional moderno aquele em que a sua vontade é coincidente com a dos seus cidadãos e que tem como contraponto o antigo estado nacional, em que a vontade resultava exclusivamente da sua casa reinante, ou de sua elite dirigente. Entendemos como sociedade industrial não, exclusivamente, criar um sistema industrial dentro das fronteiras de um território nacional, mas ir, além disso, dando condições à população que habita aquele território de participar dessa criação ao usufruir dos bens que vierem a ser gerados nesse sistema.

concepção estratégica daquele império resumia-se a uma formulação européia. A síntese dessa concepção seria o domínio dos Balcãs e o acesso crescente ao Mar Mediterrâneo. A diplomacia do Império Austro-Húngaro, ao final do século passado e ao início desse século, moveu-se claramente com esses objetivos. Entretanto, a questão das nacionalidades minou todas as tentativas feitas pela ação diplomática. Não se tornou possível criar-se uma única vontade nacional que respaldasse a ação diplomática. O estado nacional moderno, sem um projeto nacional mantido através de uma vontade nacional, não existe. O Império Austro-Húngaro não conseguiu ser um estado nacional moderno. Também não conseguiu ser uma sociedade industrial. Ao iniciar-se a Primeira Grande Guerra, a produção industrial do Império Austro-Húngaro era incipiente, se comparada com outros retardatários como a Alemanha ou o Japão, e excessivamente concentrada em áreas germanizadas, como a Áustria e os sudetos da antiga Tchecoslováquia. Sem ter sido um estado nacional moderno, sem ter sido uma sociedade industrial e vitimado em decorrência de não ter conseguido impor uma vontade nacional às suas nacionalidades, fruto, talvez, também, de sua limitada concepção estratégica, o Império Austro-Húngaro fragmentou-se com sua derrota na Primeira Grande Guerra e, de retardatário, passou a ser só parte de nossa história.

A Rússia contava com uma ampla visão estratégica. Buscava um domínio sobre a Europa e Ásia e daí o predomínio mundial. Para tanto, desdobrava-se sobre os Balcãs e expandia-se sobre o Extremo Oriente. A Rússia de todos os retardatários teve a trajetória mais conturbada. A idéia da criação de um estado nacional moderno nunca conquistou plenamente a elite dirigente russa no século XIX. Presos ao estado absolutista, que lhe proporcionava tantas vantagens, a aristocracia russa não via com bons olhos compartilhar seus ideais com o povo russo. A sociedade industrial como concebemos não era desejada como objetivo final. A industrialização era vista como um meio de se dar meios a concepção estratégica. Na época dos tzares, os meios eram os fins e os fins eram meios. A revolução comunista, antes de ser uma validação às teses marxistas da lutas de classes, é muito mais uma ruptura entre o povo russo e as suas elites dirigentes. É a resultante explícita das forças anímicas presentes na nação russa, fruto de sua história, desde a formação do Grão-Ducado de Moscou, assim como, também, o é o recente estilhaçar do estado soviético. Nada é mais definitivo, na defesa dessa posição, do que o comportamento do estado soviético no decorrer da Segunda Grande Guerra. Ao longo de todo o conflito, o que se defendia não era o estado soviético, mas a velha mãe Rússia. O estado soviético buscou criar uma sociedade industrial. Buscou criar um estado nacional moderno. Entretanto, o sistema econômico que adotou não lhe deu condições de dotar o povo russo de uma convincente vontade nacional. Sem vontade nacional, a busca ao centro transforma-se numa viagem no labirinto. E é isso que está acontecendo, ainda hoje, com a sociedade russa.

A Alemanha, no início da segunda metade do século XIX, buscava, antes de tudo, se tornar um Estado Nacional. Para isto, contava com a Prússia que, antes de ser um estado que contava com um exército, era um exército que contava com um estado. A Prússia, após duas guerras, com a Áustria e com a França, pode reunificar os alemães e criar um grande estado no centro da Europa. Este estado, sob a égide de Bismarck, talvez tenha sido o que mais claramente tenha explicitado a busca pela criação de um estado nacional moderno e de uma sociedade industrial. Sua concepção estratégica era clara: o domínio da Europa continental, daí o domínio da Eurásia e do Mundo. A educação deveria ser o suporte para a criação de uma vontade nacional. A Alemanha, na sua busca ao centro, envolveu o Mundo em duas guerras mundiais. Foi perdedora em ambas. Perdeu parcela de seu território em ambas. Mesmo assim, chegou ao centro, como veremos mais adiante. Qual o seu segredo?

O Império Otomano nunca conseguiu ter uma concepção estratégica. Ao longo de todo o século XIX, sofreu uma progressiva decadência. Sem ter estabelecido uma política que privilegiasse a montagem de um estado nacional moderno e uma sociedade industrial, o Império Otomano abdicou da busca do centro. Quando acordou, no início do século XX, era para ele muito tarde. A revolução dos jovens turcos, que estabelecia como política a busca daqueles objetivos veio tarde. Logo veio a Primeira Guerra e, com ela, a partilha do Império Otomano.

Sem política, sem ter, portanto, concepção estratégica, sem vontade nacional, o Império Otomano havia deixado de existir.

A Itália, a exemplo da Alemanha, também buscava, no início da segunda metade do século XIX, a sua constituição como nação. Conseguindo esse objetivo partiu a nação italiana para a busca ao centro. Buscava, também, a criação de uma sociedade industrial e de um estado nacional moderno. Muniu-se de concepção estratégica. Tendo sido sede do maior império da antiguidade, a Itália procurou reviver, no espaço, algo que o tempo não permitia. Procurou recriar a concepção estratégica de Roma. Dominar a Bacia do Mediterrâneo e, com esse domínio, dominar a Europa. Contudo, essa estratégia era neste momento inadequada. A concepção estratégica que há dois anos atrás era definitiva, não se adequava à conjuntura do século XX. Espaço e tempo serão sempre razões de tudo. A concepção estratégica italiana foi limitada. Sua vontade nacional não se explicitou e a Itália chega ao centro como coadjuvante, assim como o centro antigo, a Inglaterra e a França, de um ator maior, a Alemanha, na União Européia.

Os Estados Unidos tornam-se independentes no mesmo instante histórico em que se processa o rompimento no modo de agir, a revolução industrial, e na maneira de pensar, a revolução francesa. A busca desses novos paradigmas transformou-se no objetivo maior da sociedade americana. Desde sua independência, os Estados Unidos formularam uma concepção estratégica ampla. Esta concepção pode ser assim resumida: o domínio da massa territorial norte do hemisfério ocidental, ou seja, da América do Norte; não permitir que um país ou coligação de países do hemisfério ocidental ameace seu predomínio nesse continente; não permitir que um país conquiste a supremacia absoluta na Europa e Ásia; e, finalmente, ter o controle do tráfego marítimo no Atlântico Norte e no Pacífico. Ao lado dessa concepção, o estado nacional estadunidense tem procurado dotar a sociedade norte-americana de vontade nacional. Ao longo de todo esse século, utilizando-se de propaganda e dos novos meios de comunicação, tem-se procurado inculcar na sociedade americana valores que objetivam exclusivamente fortalecer a vontade nacional. Pelas suas heterogeneidades ética, racial e religiosa esses valores não emergiriam naturalmente no povo estadunidense. Ao término da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos atingiram os seus objetivos e se estabeleceram de forma hegemônica no centro.

O Japão, quando foi forçado a romper o seu isolamento, a partir do início do século XIX, defrontou-se com a necessidade de buscar o centro, pois a outra opção era a de ser mais um território do contencioso colonial do centro e dos antigos retardatários. As elites japonesas preferiram, entre a posição de colônia, que a Índia adquiria, e a posição de espaço a ser ocupado que a China estava se tornando, buscar um lugar entre os antigos retardatários. E, para isto, resolveram copiar o que de melhor havia no centro da época e nos seus possíveis companheiros de viagem. O seu maior paradigma foi, sem dúvida, a Alemanha “bismarckiana”, como demonstra a constituição que promulgaram em 1889. A busca da criação de uma sociedade industrial e de um estado nacional moderno já era princípio de ordenação na chamada reforma Meiji, em 1867. O isolamento a que foram submetidos deu aos japoneses um extremo impulso à criação de uma vontade nacional. Contudo, sua concepção estratégica foi limitada e resumiu-se ao domínio das margens da Bacia do Pacífico.

Passados dois séculos das rupturas, no final do século XX, três desses retardatários disputam o centro: os Estados Unidos da América, a Alemanha e o Japão. Todos dotados de estratégia nacional, todos dotados de vontade nacional. Todos os três adeptos da doutrina do intervencionismo e do nacionalismo econômico. Nunca foram liberais. A economia, para eles, sempre foi vista como uma ferramenta a ser utilizada pelo estado na busca de uma concepção estratégica, ou como um elemento primordial para a formulação de sua política.

Toda a análise histórica mostra que para se vencer o nosso retardo é necessário: primeiro, ter claro que a solução das questões sociais de nossa sociedade passa, obrigatoriamente, pela sua solução como sociedade industrial; segundo, que isto só é modernamente possível pela constituição dessa sociedade como nação; terceiro, que nação só se constrói com um estado nacional moderno e com defesa dos interesses nacionais ou “razões de estado” e que isto no campo econômico é protecionismo; quarto, o que é extremamente importante, que cabe a esse

estado prover essa sociedade de uma estratégia e de vontade nacional e quinto que só a contestação é capaz de deslocar uma periferia para o centro.

Estratégia e vontade nacionais são os ingredientes primordiais, como a história nos mostrou, capazes de conduzir um estado nacional para o centro, capazes, portanto, de preencher os reclames, ainda atuais, de ser uma sociedade industrial e um estado nacional moderno.

Todavia, entre os dois últimos ingredientes, estratégia e vontade nacional, a serem providos pelo Estado, existe uma clara hierarquia. É da concepção estratégica do estado ou da estratégia nacional que se extrai parcela relevante dos dados capazes de criar e de manter uma vontade nacional. E estratégia nacional decorre primordialmente da forma como um estado nacional olha o mundo e nele busca se inserir.

Assim sendo qual é a estratégia nacional do Brasil? A resposta a esta pergunta está na gênese de qualquer política estruturada de defesa nacional.

A formulação de uma estratégia nacional se constrói utilizando-se das mesmas condicionantes que cercam a montagem de um planejamento regional: a condicionante geográfica, a condicionante econômica e a condicionante histórica e a condicionante antropológica.

Até vinte anos atrás, a incipiente na época estratégia nacional do Brasil como formulada na Escola Superior de Guerra e exposta nos livros do General Golbery do Couto e Silva priorizavam quase que exclusivamente na sua formulação a componente geográfica e a componente econômica sendo que a condição histórica e antropológica do país estavam nesta concepção enviesadas no seu caráter ocidental que era então atrelado ao viés ideológico da Guerra Fria.

Esta formulação do passado evoluiu e apoia-se no século XXI primordialmente nas componentes histórica e antropológica.

Cabe entretanto neste texto dar uma tintura das componentes geográfica e econômica. Deixando para notas de rodapé uma análise mais elaborada já que o principal esteio em que se estrutura nossa estratégia nacional são as outras já mencionadas condicionantes.

A Componente Geográfica

Olhando-se nosso planeta verifica-se que as áreas emersas correspondem a menor parte da superfície terrestre. Destas dois conjuntos se sobressaem: O primeiro, maior compreende a Europa, a Ásia e a África. O segundo menos pujante compreende a América. Sabe-se que as massas continentais se distribuem no hemisfério norte formando um grupamento em semicírculo centrado no Pólo Norte, a América do Sul se posiciona no outro espaço, o hemisfério meridional no qual a Antártica se constitui no território mais apartado, na metade inferior do planeta.

A América é composta de duas massas que se unem através de um istmo: a América do Norte e a América do Sul. A América do Norte se orienta mais para o quadrante oeste, enquanto a América do Sul oferece exemplo típico de desvio continental para o leste. Assim, o meridiano de Lima, cidade na esfera do Pacífico sul passa em Washington na dependência do Atlântico norte. Essa entorse continental poderia caracterizar a América do Sul também como América do Leste já que esta cria a zona de estrangulamento do Atlântico, levando Recife a distar somente 18 graus de longitude de Dakar e 10 graus de Cabo Verde, a terra mais ocidental da África.

Considerando-se o meridiano de zero grau de Greenwich toda a massa continental americana se concentra no hemisfério ocidental entre os 36 graus do Cabo Branco no nordeste brasileiro aos 160 graus do Cabo Príncipe de Gales na Alaska. Nesse posicionamento observa-se que a América do Sul está bem mais isolada pelo Oceano Pacífico encontrando-se a grande distância da Austrália, que com ela se defronta numa linha de leste a oeste, no setor do chamado crescente externo insular. Toda esta análise geográfica valida a observação de que o subcontinente sul-americano³ encontra-se de forma geográfica afastado dos grandes fluxos de

³ Daremos especial atenção a base continental do Brasil o subcontinente sul-americano nesta análise. Esta atenção decorre da capacidade de polarização no subcontinente que o Brasil detém. Tendo a forma triangular, o setor mais largo deste continente se concentra na zona equatorial terrestre; estreitando-se ao atingir a faixa temperada para afunilar-se no vértice meridional defrontando-se com o continente que abriga o pólo sul: a Antártida. Advindo desta

comércio internacionais que se processam nas massas continentais do semicírculo que se articula ao redor do Pólo Norte.

Cortada pelo Equador e trópico de Capricórnio, a posição geográfica da América do Sul lhe confere, de forma mais geral, a categoria de continente do hemisfério sul. O Brasil é um reflexo menor da área que lhe abriga: a América do Sul projetado no seu este e voltado para um dos dois oceanos que margeiam o subcontinente sul-americano: o oceano Atlântico. O Brasil se situa no hemisfério sul estando, portanto, assim como a América do Sul colocado numa posição periférica quanto as rotas centrais do comércio mundial.

O fator fisiopolítico justifica na América do Sul, a superioridade territorial do Brasil no conjunto sul-americano, já que a Argentina que o segue em área, atinge apenas a terça parte da

posição geográfica encontrarem-se nos dois extremos do continente áreas menos favoráveis ao estabelecimento humano: o norte quente e chuvoso e o sul frio e estéril. Contraste que se equilibra no setor das baixas latitudes, onde a população para evitar as temperaturas mais quentes, particularmente dos países banhados pelo Oceano Pacífico deu preferência às zonas de maior altitude da Cordilheira dos Andes. Em contrapartida, os países banhados pelo Oceano Atlântico que contata o subcontinente com as massas terrestres da América do Norte, da Europa e da África têm seus principais centros demográficos no litoral, fazendo do Brasil, o mais populoso centro do conjunto. Tal fato resultou da oposição entre as duas vertentes oceânicas do subcontinente, que só uma intervenção ampla de organização de uma infra-estrutura do continente poderá vencer. Estas vertentes são:

a do Pacífico, “mar solitário”, de navegação extensiva, com feixes de circulação bem mais regional;

a do Atlântico, de navegação intensiva com feixe de circulação intercontinental.

Pela oposição das duas vertentes oceânicas implantaram-se áreas geopolíticas neutras que devido a sua posição no interior do continente predisuseram os países sul-americanos a uma dissociação econômica e psicossocial, vivendo de costas uns para os outros. Envolvendo-se em duas vertentes oceânicas, o continente sul-americano caracteriza-se por duas zonas longitudinais:

a primeira é formada dos Andes cadeia de montanha prolongando-se de norte para sul por mais de 7.000 km, formando verdadeira barreira ao longo do Oceano Pacífico levando a América do Sul a voltar-se bem mais para o Atlântico em seu espaço de civilização.

a segunda é constituída de três planaltos: Guianas, Central e Patagônia e de três planícies: Orenoco, Amazônica e Platina e que se intercalam e são estruturalmente articulados ao Atlântico.

Nos Andes, o sistema de ligação entre as duas vertentes oceânicas é precário e se encontra nos passos e nós. Os passos, passagens naturais nos colos das montanhas possibilitam o contato entre as duas vertentes. Esses acidentes geográficos andinos mais importantes estão no sul: o de Upasalla entre a Argentina/Chile é aproveitado pela única transcontinental do continente entre Buenos Aires/Valparaíso; o de Santa Rosa leva o sistema ferroviário boliviano até Árica no Chile. Enquanto Upasllata une as duas vertentes oceânicas, o de Santa Rosa só o fará quando se complementar como veremos adiante, o trecho Santa Cruz de la Sierra já conectada com Santos no Atlântico e Cochabamba. Os nós ou “*nudos*” apresentam-se sob a forma de planaltos circundando um alto pico; enfeixando várias ramificações andinas. Os nós são os centros de dispersão de águas, em linhas de menor resistência do terreno, acima dos 3.000 metros de altitude entre 5° e 15° de latitude sul. A importância funcional desses acidentes geográficos relacionados ao Atlântico se concentra na posição que ocupam no anfiteatro amazônico. O nó de Pasto na Colômbia e o de Loja no Equador se direcionam para os vales do Putumáio e Marañon respectivamente aguardando vias hidrográficas de acesso ao Atlântico ainda por se desenvolverem. Já o nó de Cerro Pasco no Peru se divide entre os vales amazônicos do Marañon e Purus; enquanto que o de Vilcanota ou de Cuzco prolonga o de Pasco na direção do Madeira. As planícies dos rios Amazonas, Orenoco e da Prata são servidas de redes hidrográficas que levam a América do Sul a se voltarem para o Atlântico do qual são tributárias. Buscam também o Atlântico, declinando para ele, os planaltos das Guianas e da Patagônia. A Bacia Amazônica se constitui numa sub-região de conexão entre duas áreas de importância estratégica - a do Caribe e a do altiplano boliviano, considerando este último uma espécie de “heartland” do continente. Em consequência, quando melhor aproveitada a Bacia Amazônica, com a integração destes dois espaços, melhor a possibilidade de incorporação daquele amplo espaço ao processo de civilização. Já o Planalto Brasileiro pende para o interior, buscando ainda o norte e o sul. Por sua disposição esse planalto demonstra vocação continental de enlace entre as bacias do Rio Amazonas e Platina. Por sua posição e configuração, envolvendo o centro geográfico do continente, o Planalto Brasileiro favoreceu a penetração para o oeste, permitindo que os portugueses, detentores de núcleo histórico a beira do Atlântico, conquistassem vasto “hinterland” da América do Sul. Conclui-se, desta análise que a unidade andina contribuiu, de início, para a implantação de um único estabelecimento colonial - o espanhol, estendendo-se de norte para o sul, na vertente isolada do Pacífico. Ainda, no Pacífico, sem nenhuma grande bacia hidrográfica, com litoral pobre em opções, em grande parte desvinculado do interior, é pelos nós e passos que se projeta o processo de ocupação na sua caminhada para uma associação com o Atlântico. Esta vocação geopolítica de atração do Atlântico se atesta pela presença de importantes bacias hidrográficas, associadas às articulações litorâneas onde o relevo mais baixo favorece intensa vinculação com o “hinterland”.

superfície brasileira.

O Brasil é o maior país da América do Sul. Ocupando quase a metade do espaço territorial sul-americano - 47.3%, posiciona-se o Brasil na larga porção oriental do Atlântico sul. O nosso total de fronteiras (23.086 km) se reparte entre os 15.719 km de limites terrestres e 7.367 km de litoral. O Brasil detém, portanto, uma presença continental e uma presença marítima. No conjunto brasileiro 18% da extensão territorial são formados pela faixa de 250 km que acompanha o litoral, 42% se encontram entre os 250 km e 1.000 km da orla litorânea, enquanto os restantes 40% estão além dos 1.000 km. Tais porcentagens comprovam ser o Brasil um país do tipo marítimo, associando-o ainda ao tipo continental pela presença no continente sul americano, caracterizando-o, portanto, como múltiplo vetor. Articula-se o Brasil, grosso modo, com os Andes, de onde recebe o empuxo das forças continentais, bem como com as duas grandes bacias fluviais - a Amazônia e a Platina - ambas tributárias do Atlântico e eixos viários de penetração no "hinterland".

A Componente Econômica

O Brasil é um amplo espaço muito bem provido de recursos naturais. Privilegiado em termos de minérios, de fontes energéticas, de solo agrícola e de água doce. Mas é ainda um país periférico no capitalismo mundial. Não é uma área de acumulação e tem sido sim uma área de exploração. Tem um grande potencial econômico mas ainda pouco poder econômico

Em termos de política econômica há, antes de tudo, uma constatação: a visão liberal sempre nos colocou vulneráveis. Tanto o Brasil como todos os retardatários perdem muito ao abraçar o discurso da completa abertura ao sistema internacional devido as relações assimétricas de poder que esta visão maximiza com o centro e hoje com sua maior expressão: a América de origem inglesa. O aceite da antiga idéia das vantagens comparativas, ou de sua forma moderna: a integração competitiva no mercado mundial nos colocará sempre de forma caudatária na dinâmica da economia mundial.

É bem verdade que houve a partir da segunda década do século XX a formatação, no Brasil, de um discurso para o seu desenvolvimento. A base deste discurso que se fundava na década de vinte do século passado na contestação da dominação de origem inglesa e européia e teve diferentes matizes desde o positivismo até o marxismo. Com o passar do tempo, esta contestação transformou-se num desejo de mudanças articulado pelas idéias de Sombart, Manoiescu, e Perroux e transfigurou-se no discurso estruturalista da CEPAL, de Prebisch e de Furtado. Contudo, de 20 anos para cá, o Brasil resignou-se e articulou-se de forma submissa na teoria da dependência e submeteu-se ao novo liberalismo. Assim como no passado, neste último período manteve-se sob o domínio de uma postura que abjura os movimentos sociais.

Tudo isto conduziu a que - diferentemente do que se freqüentemente afirma no Brasil - a economia brasileira se tornasse vastamente internacionalizada.

O Brasil sempre foi uma economia aberta ao mundo. O Brasil é um país relativamente importante como receptor de capital estrangeiro. O estado brasileiro sempre apresentou uma atitude favorável ao capital estrangeiro, o que, aliado ao tamanho do mercado doméstico, tem contribuído para a grande penetração do interesse estrangeiro no país. Isto se agilizou com a política de abertura da década passada. Estima-se que quase a metade da indústria no Brasil seja, hoje, de propriedade do capital estrangeiro.

Ao longo da década de 80, o Brasil diminuiu a capacidade atrativa sobre investimentos externos diretos, quando comparada à de outros países, em especial, os países desenvolvidos. A principal razão desta queda residiu na deterioração da situação econômica do país e não nas restrições, como teimam alguns economistas em afirmar, que o capital estrangeiro teria sofrido, como aqueles constantes na Constituição Brasileira de 1988.

Isto se vê analisando o plano real. A estabilização inicial do real trouxe um fluxo representativo de investimentos externos no Brasil voltado em sua maior parte à compra de ativos, entre 1994 e 1998. Contudo, a deterioração das condições macroeconômicas estrangulou este fluxo externo, o que vem a corroborar a tese que o ingresso de capital estrangeiro no Brasil decorre muito mais do acerto de políticas econômicas do que as condições que são impostas a

esses capitais⁴. O ingresso havido de capital estrangeiro em investimentos, entre 1994 e 1998, é, hoje, uma séria ameaça, dado o seu montante, ao bom desempenho futuro da economia brasileira, na medida que esta está submetida a outro constrangimento: terá de repatriar os ganhos crescentes auferidos pelos capitais estrangeiros.

Outro fato merecedor de reflexão é o discurso corrente e dominante de que a economia brasileira precisa se abrir à competição internacional. Este discurso se apoia no que afirmam ser um baixo grau de abertura da economia brasileira. É evidente que, não será com Singapura (país de diminuta extensão territorial) ou com a Birmânia (país com razoável território, contudo, periférico) que se pode comparar o Brasil quanto ao grau de abertura ao exterior. Comparação, só, faz sentido, entre coisas comparáveis. A comparação, entre países, requer a aplicação de conceitos geopolíticos, avaliação das relações reais e fictícias de dominação e exige, também, conhecimentos sobre configuração produtiva, recursos naturais, proximidade geográfica dos fluxos de comércio, nível cultural da população, preferências, e etc. Mas isto alguns economistas fingem não saber.

Cabe registrar que o Brasil, desde 1985, a exemplo do que vem ocorrendo nos demais países sul americanos, têm sido incapaz de fazer uma nova articulação que favoreça seu comércio exterior fora do espaço da América do Sul. A causa reside nos sucessivos e fracassados planos de estabilização macroeconômica e, em muito, de sua posição vulnerável nas relações de troca, decorrente de um esforço para honrar débitos impagáveis, nas condições que se colocam para o Brasil. A dívida externa vem drenando de forma continuada o possível excedente de capital que se forma no Brasil.

Logo após o estabelecimento do plano real a sobre valorização desta moeda impediu maiores avanços no campo externo. Esses fracassos impossibilitaram a realização dos investimentos que conduziriam à maior produtividade e à aceleração do progresso tecnológico. Mas, esses fracassos residem, também, numa relação cambial sucessivamente distorcida. Está evidente que, como consequência de tudo isto, aumentou o diferencial de produtividade e o "gap" tecnológico que o Brasil já ostentava, em 1980, com relação aos competidores no mercado internacional. Tudo isto confirma a afirmativa de que o Brasil deve fugir aos ditames de uma política econômica liberal e retornar aos princípios de uma maior intervenção governamental em assuntos econômicos.

Na estratégia nacional assim como no planejamento regional a condicionante econômica é aquela em que o pensador tem maior capacidade de interferir. As demais condicionantes são dadas e estruturais e portanto, não passíveis de serem mudadas no curto ou médio prazo.

É devido a isso que a defesa do Brasil e de sua estratégia nacional implica sempre em uma ação no campo econômico já que este é também meio e não só um dos fins de uma estratégia nacional. Defender o Brasil hoje, nos primeiros anos do século XXI, é mudar a inserção econômica atual do país.

A Componente Histórica

Nossas origens se perdem na própria formação do Ocidente. Somos a América portuguesa.

Olhemos a adjetivação. Como portuguesa culturalmente somos o resultado de duas heranças a herança grega e a herança hebraica que se conjugaram na visão romana e se transferiram para o mais ocidental dos espaços de dominação romana: a Lusitânia.

Estas heranças compuseram no seu desdobrar a civilização como hoje a conhecemos e o

⁴ É fácil ver a determinante de alocação do processo quando lembramos que, enquanto na década de 70 o PIB "per capita" do Brasil crescia à taxa média anual de 5,7% a.a. (2,5 vezes superior à taxa média do conjunto dos países desenvolvidos), na década de 80, o PIB "per capita" do Brasil estagnou, enquanto países desenvolvidos apresentavam taxas crescentes. O capital externo, como é sabido, só se desloca no sentido de economias que caminham bem. Isso explica que, de novo, no início do século XXI, surgem os sinais de nova debandada de capitais externos, não só os chamados voláteis, como o governo brasileiro quis e quer fazer crer, mas, também, o de investimentos de longo prazo, em decorrência de mau desempenho dos indicadores econômicos.

seu sonho de mundialização, de universalização do gênero humano, de construção de uma única humanidade unida na construção do progresso.

Este sonho resultou das duas integrações basilares colocadas no pensamento ocidental. A primeira, a unidade horizontal do gênero, a segunda, a unidade vertical.

A integração horizontal do gênero é o resultado de Jesus Cristo. Antes de sua vinda ao mundo os homens encontravam-se irremediavelmente separados. Os gregos viam os outros como bárbaros, não homens – Como pombos (os bárbaros) podem viver em ninhos de águias (as *pólis* gregas) a não ser como escravos?. Os hebreus se viam com o povo eleito, os únicos capazes de pactuarem com o Absoluto. Os demais povos para os hebreus eram incapazes. A vinda de Cristo mudou isto. A partir Dele todos são iguais perante a Deus: ricos e pobres, senhores e escravos, gregos e hebreus. Havia se construído a igualdade horizontal do gênero pela palavra de ordem: Amai ao próximo como a si mesmo.

A integração vertical do gênero se processa pela progressiva interação filosófica que conduz ao descortinar filosófico dos séculos XVIII e XIX, o Movimento Iluminista, como bem sintetiza estas palavras do francês Blaise Pascal, em sua obra Fragmentos sobre o Tratado do Vácuo:

“Todos os homens alongo de todos os séculos nada mais são que o mesmo homem que subsiste e aprende sempre”.

Vejam os substantivos. A América tem mais de dez mil anos de história, contudo, a mudança que os europeus trouxeram, reduziram aqui seu período de análise histórica para só quinhentos anos. Nestes cinco séculos, a América do Sul foi um espaço geográfico que se constituiu na periferia da construção do capitalismo⁵.

Contudo, é de fundamental importância entender que o Novo Mundo esconde um choque que separa em dois a América. Há uma contradição, uma dialética, que se expressa em uma oposição, que se manifesta, desde a emancipação do continente, até o momento presente. Esta contradição se reflete, de forma clara, na história do continente americano. Ela opõe o pensamento anglo-saxão ao pensamento hispânico. O Brasil, ou seja, a América portuguesa neste contraditório foi, é e será um terceiro interessado.

A origem deste contraditório é remota. No período em que a expansão européia começou é precisamente aquele em que a Europa perdeu sua unidade. A cristandade medieval dividiu-se então em Estados Nacionais e foram estes que buscaram novas terras lançando seus marinheiros no oceano. É da disputa dessas terras, como testemunham as reações do norte da Europa ao Tratado de Tordesilhas, que se origina todo o contencioso que opõe os ingleses e seus

⁵ A análise geográfica da América do Sul indica, também, a existência primitiva de um dualismo sul-americano e não uma dualidade de opostos. Há uma atração natural. Este dualismo se dá entre espanhóis e portugueses. Contribuiu o Tratado de Tordesilhas (1494), também, para o dualismo geopolítico sul-americano seccionando, como fronteira esboçada as duas grandes vias de penetração continental ao:

entregar a foz do Rio da Prata aos espanhóis, o que lhes proporcionou maiores oportunidades para a expansão pelos Pampas e pelo Chaco.

conceder a embocadura do Amazonas aos portugueses, coincidentemente o seu setor sul, o melhor braço para a navegação, o que permitiu que os lusos se apossassem daquela planície setentrional.

Facilitada à penetração espanhola ao sul e portuguesa ao norte o continente sul-americano foi induzido, embora indiretamente, a uma bipartição aproximada: 8.500.000km² para os portugueses (o Brasil) e 9.300.000 km² para os espanhóis. Caberia aos Andes e federalismo castelhano impor a forma de cantões a América espanhola gerando-lhe vários núcleos históricos dividindo-a, posteriormente em várias repúblicas. De outro lado o relevo mais baixo e centralização do reino Português confirmariam o caráter unilateral do Brasil com um único núcleo histórico. O espaço português posicionado em longa faixa atlântica, mais próxima da África e Europa contou com a vantagem dentro do contexto econômico, colocando o Brasil em maior contato com Portugal; dentro do enfoque estratégico iria se caracterizar como centro de assaltos e tentativas de fixação de parte de elementos estrangeiros. Do outro lado, no setor do Pacífico, embora contando com a desvantagem geográfica da distância para com a metrópole, face ao isolamento, ficavam os espanhóis menos expostos aos invasores. A conquista desordenada e a tendência a presença continental iriam expor mais a metrópole espanhola com vasta área de disputa na América com outros vizinhos colonizadores, em especial os ingleses. Assim a zona de disputa entre os dois iria se estender desde a América do Norte até a América do Sul.

descendentes aos hispânicos e seus descendentes. Entretanto, esta oposição foi magnificada em decorrência da maneira ibérica de ver o mundo, que é quase a antítese da maneira anglo-saxã, algo fácil de se verificar contrapondo as obras de Cervantes e Camões às de Shakespeare. Em Cervantes estão os sonhos, a visão espanhola de mundo projetada e a alma ocidental idealizada; em Camões, encontram-se as aventuras, as realizações lusas transfiguradas em epopéia, a alma ocidental realizada; em Shakespeare, tem-se o pragmatismo, a visão realista e calculada anglo-saxã, gestora do empirismo, a alma humana colocada na sua essência construtiva e destrutiva.

Tordesilhas não separou os espanhóis dos portugueses, pelo contrário, os uniu na divisão do mundo. Mas, criou-se com Tordesilhas um novo Pirineus, que, mais uma vez, separou os ibéricos do norte da Europa.

Nos séculos XVII e XVIII, esta separação adquiriu novos foros de tensão e opôs espanhóis e ingleses, através de novas facetas. Era uma sociedade continental oposta a outra insular e marítima, uma sociedade mais aristocrática a outra que buscava ser democrática, uma sociedade rural a outra que queria ser burguesa, uma sociedade antes teocrática contrastando com uma sociedade que se fazia leiga, uma sociedade fundada nas honras e na hierarquia a outra que se fundamentava no lucro e no contrato. Neste processo, Portugal pendulou, mesmo contra a sua vontade, primeiro se unindo com a Espanha, e depois, se submetendo aos ingleses.

Não se necessitava ter ido tão longe. Poder-se-ia começar a análise, desta dialética, na América liberta, justapondo-se o discurso doutrinário, imposto pelo federalismo dos EUA, à diversidade administrativa, decorrente da desagregação política da América hispânica. Contudo, esta prática na América Espanhola poderia ter sido obstada, caso, a exemplo do predomínio da visão de Monroe, para os estadunidenses, houvesse prevalecido o sonho unitário de Bolívar para os hispano-americanos.

Colocá-los, juntos, Bolívar e Monroe é, de certa forma, trazer para hoje as doutrinas políticas que prevaleceram ao início do século XIX. Ambas de um paralelismo indiscutível. Uma, a tese do Presidente norte-americano, expressa em 1823, vitoriosa de forma definitiva, quase cem anos após, em Versalhes. Outra recolhida ao sonho de um imaginário criativo esperando o curso da história para renascer.

Ambas, imaginando a América para os americanos. A anglo-saxã, unilateral e intervencionista, estabelecendo um possível poder de tutela sobre os demais estados. A hispânica, participativa e não intervencionista, calcada na cooperação, como disposta nas palavras do libertador: *“Ningún Estado será más débil que otro, ninguno más fuerte. Un equilibrio perfecto si establecerá por este pacto social”*.⁶

No final do século passado, ante ao seu isolamento perante o mundo hispano-americano e, principalmente, ao avanço do processo de colonização européia na Ásia e na África, a diplomacia brasileira fez uma opção por afinar-se com a doutrina Monroe. No final deste século é chegado o momento de rever esta posição. A atual situação prevalecente, em todos os contextos, dos EUA, infelizmente, retirou da doutrina Monroe todo o seu vigor, transformando-a, neste momento, para nós, em uma exclusiva ação de dominação. Em paralelo, recolocam-se as posições de Bolívar, como o espaço de sustentação de uma articulação defensiva. Para quem pode se deslocar nos dois lados de uma moeda, pendular é obrigatório, a cara tem de se fazer coroa e a coroa tem de se fazer cara, ainda que mais forte que seja a coroa e que mais fraca que seja a cara.

Este movimento, para se fazer completo, tem de dar ao Brasil a liderança do processo e fazê-lo se deslocar da posição de terceiro interessado, que sempre teve como América Portuguesa, na disputa entre o Panamericanismo, criatura da América inglesa e o Hispanamericanismo, criatura da América espanhola, para a condução de um movimento novo, o Sulamericanismo, que deve ter seu início na cooperação sul-americana. De forma antropológica, este novo posicionamento tem características que a facilitam, já que é inegável a maior proximidade cultural da América portuguesa à América espanhola em relação à América Inglesa.

⁶ De acordo com citado por Malagrida a respeito de correspondência remetida por Bolívar para Canning, solicitando o apoio dos ingleses, publicadas por C. Villanueva em *La Monarquía en América*, t IV, pág 144.

Na verdade, o Brasil foi, é e será um terceiro interessado posto na América. Esta posição tem de ser entendida e aproveitada, devendo ser base de suporte da nossa estratégia nacional.

A Componente Antropológica

Se há um princípio, que sintetiza toda a concepção de nossa estratégia nacional, é a idéia do Brasil ser o único artesão possível da verdadeira mundialização. Este é o nosso destino manifesto, algo que decorre naturalmente de nosso povo, o povo brasileiro, ser o descendente direto daqueles que iniciaram este processo, os portugueses e o único provido das mágicas necessárias a fazer o movimento de construção de uma única pátria humana. Faremos um rápido apanhado destas mágicas, pois nosso objetivo é só traçar um pano de fundo donde se desdobrará nossa estratégia nacional.

Assim sendo, são as seguintes as mágicas mais relevantes que o povo brasileiro possui e que lhe possibilitarão executar a mundialização:

A mágica da antropofagia é a propriedade que possuímos no Brasil de apropriarmos, transformando, toda manifestação cultural exógena. Poder-se-ia iniciar a explicação desta capacidade que detemos, como o resultado da arte que desenvolvemos de adaptar valores e técnicas européias aos trópicos, em geral. Contudo, esta seria uma explicação muito pobre. A nossa antropofagia, que é uma característica impar, já que nenhum outro povo a detém, pelo menos em tal grau e tem sua origem na gênese da nossa cultura dominante: a cultura portuguesa. Essa se constituiu na paciente e progressiva assimilação dos iberos, dos ligúrios, dos celtas, dos fenícios, dos gregos, dos cartagineses, dos romanos, dos suevos, dos godos, dos judeus, dos mouros e dos cruzados franceses e ingleses. Este progressivo amalgama dotou aos portugueses dos elementos necessários a processar o diferente a torná-lo o igual, quando não o comum. Foi assim na constituição da cultura brasileira. A assimilação de outras culturas mais puras, como as diversas culturas africanas e ameríndias, foi algo fácil para a experiente cultura portuguesa que se transfigurava em brasileira. A capacidade de deglutir, de adaptar, de transformar de forma criativa e criadora o que lhe é apresentado, ou lhe é imposto, constitui-se no maior patrimônio do povo brasileiro. Tudo se faz sem perder, o espírito empreendedor e mercantilista do fenício, do cartaginês e do judeu, da cultura dos gregos, das instituições e da linguagem dos romanos, da cultura material dos mouros, da aptidão manual do africano, do contato com a natureza do ameríndio. No Brasil, nada se perde, tudo se transforma em algo que se utiliza. No futuro ser mundializado é ser antropofágico.

A mágica do passado comum é a característica que detemos, no Brasil, de ver o estrangeiro presente como se fosse eu, entre nós, e não um tu, entre nós. O estrangeiro que reside no Brasil não sofre o distanciamento nem a discriminação do estrangeiro. Este é um fenômeno do século XX. Nem sempre foi assim. Logo após a independência o estrangeiro era discriminado. Se português, o antigo dominador, era espezinhado. Aos demais o choque cultural era total. Contudo, os fluxos migratórios do final do século XIX e deste século retiraram do português seu ranço de dominador e dos demais suas características exóticas. Ao estrangeiro hoje é dado o passado comum. Ao natural de outro país que se estabelece no Brasil lhe é incentivado, mais que permitido, participar na cultura e nos eventos nacionais. Aliás sua cultura se incorpora como nossa. Ao compararmos o tratamento obtido no Brasil, pelas imigrações européias do início do século XX, com o tratamento encontrado, exemplificando, nos EUA, marcaremos bem esta diferença. Não existe no Brasil a figura do teuto-brasileiro, mas existe nos EUA a figura do teuto-americano. Não existe no Brasil a figura do italo-brasileiro, mas existe nos EUA a figura do italo-americano e assim em diante. A mágica do passado comum dilui as nacionalidades pretéritas e as colocam submetidas a nacionalidade brasileira. Só existe aqui no espaço Brasil uma nacionalidade única: a brasileira. A mágica do passado comum transforma a sociedade brasileira em uma sociedade absorvente capaz de no futuro ser a própria sociedade mundial..

A mágica da mestiçagem é a propriedade que nós temos de deter diferentes graus de morenidade. Esta é uma valiosa qualidade do Brasil. Sobre este tema, sobrepujando o pessimismo das gerações anteriores, que se julgavam condenadas ao malogro, pela sua condição

de partícipes de um país sem futuro, em decorrência do caráter mestiço de sua população, vem, ao longo de todo este século XX, se sucedendo, desde a descoberta antropológica de nosso país feita, principalmente, com Gilberto Freyre, um orgulho, uma confiança e um arrebatamento expresso pela certeza das vantagens que a completa mestiçagem proporciona, na arena mundial, ao povo brasileiro. Fez-se com Gilberto Freyre a descoberta, nesta parte do mundo, que não há raças capazes ou incapazes de civilização. Mais do que isto; fez-se a constatação que toda a trama da história resulta de um processo de fusão e que o Brasil é em si o próprio espírito divino da fusão criadora. O Brasil se constituiu em seus primórdios de europeus principalmente portugueses e holandeses, ameríndios e negros. Mais recentemente, de portugueses, italianos, espanhóis, alemães e outros europeus e de japoneses, formando em seu território, de início, vários grupos étnicos. Dos europeus, os de maior influência e número foram os portugueses, que não traziam a mística da pureza da raça. Todos estes grupos desde seu estabelecimento vêm se interpenetrando, como resultado de um fenômeno novo, em escala mundial, que é o elevado grau de mobilidade social da sociedade brasileira, quer mobilidade vertical quer mobilidade horizontal. Tudo isto favorece um aparecimento, nesta parte da América, de uma democracia plena, no sentido real da palavra, onde não se estabelecem preconceitos, onde o mérito pessoal supera não só possíveis colocações de natureza étnica, como as de classe, e, onde, se maximiza a afirmação dos talentos e se potencializa a utilização das diversas possibilidades. Esta forma de ver o mundo é o simétrico do que se coloca no centro, já que para nós a miscigenação é regra e a discriminação é exceção. Para o centro, sejam norte-americanos ou europeus, nestes excluídos os ibéricos, em especial, os portugueses, se dá o contrário, a discriminação é regra e a miscigenação é exceção. A sociedade brasileira é cada vez mais miscigenada caminhando para ser homogênea. Isto por que seus vários grupos raciais tendem a pertencer a mesma civilização e a ter o mesmo imaginário e a mesmas idéias fundadoras e fundamentais, independente de sua pigmentação ou da forma de seu rosto ou de seu nariz. Esta mágica da mestiçagem é como foi afirmado um valioso atributo, pois, nos permite inserir a todos em nosso contexto e se sentir partícipes na elaboração do novo contexto da mundialização. A mágica da mestiçagem transforma hoje o Brasil e amanhã transformará o mundo no espaço de todas as raças.

A mágica do sincretismo é a completa permissividade religiosa, algo que no mundo não tem a dimensão que adquire no Brasil. Este é ainda o maior país católico do mundo, mas não é um país dominado pela mística católica, nem pela santidade. Não tem santo. O catolicismo se expressa no Brasil muito mais pelas suas manifestações externas, pelo correr de um calendário permanente de procissões e de festas populares, do atuar da Igreja na vida política, apoiando os governos, ou, conspirando contra eles, quando não os faz de forma concomitante. A este catolicismo caminha juntos o espiritismo, o candomblé, a quimbanda e mais recentemente os ritos evangélicos protestantes. Tudo isto se mistura num caudal de fé e de credos por onde trafega a mais plena tolerância religiosa e o mais claro sincretismo religioso. A maioria, dos brasileiros, esposa, no decorrer de sua vida, mais de uma fé. Este sincretismo aceita, se não incentiva outra forma de haver místico, ou de entender a origem e o destino dos homens, que se conceitua como esoterismo, forma pretensa de premonitória de futuro, tais como a astrologia, o tarô e os búzios. Tudo isto convive. Tudo isto se aceita e se incentiva. Como prova recente deste sincretismo podemos colocar a forte e não combatida penetração de um neo-evangelismo, que nada mais é do que um aspecto sempre presente da religião no Brasil e decorrente de uma influência ameríndia, a religiosidade terapêutica - capaz de curar bicho e gente, transfigurada por um rigor moral radical. Ainda, aqui, existem outras formas de religiosidade, porém, mais enclausuradas nos seus círculos etnológicos e incapazes de trafegar tão desvoltas, como o judaísmo, o islamismo e o budismo. Contudo, estas outras formas muitas das vezes compõem fontes, que alimentam o já extenso caudal da religiosidade. Nós detemos no Brasil a fé universal, esta é a mágica. A mágica de ter aquilo que todos em todas as partes sempre acreditaram e sempre acreditarão.

A mágica dos trópicos reside na construção de uma civilização pela cooptação daquilo que a natureza tem de mais pujante e agressivo Os trópicos. Nisto, papel importante tem as três

raças constitutivas do povo brasileiro. Em primeiro lugar, os portugueses que, diferentemente dos demais europeus, ao se defrontarem com os trópicos, não o fizeram com espírito de superioridade. Sempre buscaram adaptar seus valores e técnicas ao novo espaço de cooptação. Nunca buscaram impor sua cultura. Ela se impôs pelo seu valor não pela coação. Os portugueses, diferentemente dos demais europeus nos trópicos, bem como seus descendentes no Brasil, muitas vezes repudiaram as soluções européias, adotando outras tropicais. Em segundo lugar, o ameríndio que nos trópicos americanos é um ser agreste que formulou uma cultura primitiva, porém, própria e apropriada a sua terra de origem, seu “habitat”, seja ela cultura de floresta ou cultura de agreste. Em terceiro lugar, mas, talvez, até mais importante do que as precederam, o negro africano e seus descendentes, muito mais habilitados, devido aos séculos de adaptação aos rigores climáticos dos trópicos e pela permanente contestação que exerceram à natureza nas selvas, nas savanas e nos desertos africanos. Quem dominar o trópico dominará o mundo, mundializará.

A mágica da tolerância que pode ser colocada como cordialidade, como subserviência, como humildade, e até mesmo como impotência, mas que é exclusivamente tolerância com o diferente, com o estranho, com o incomum, com o inusitado. Tolerância que se coloca no dia a dia de nossa existência e de que tanto se beneficiam os que disso sabem.

A mágica da transcendência que é a de pairar sobre todas as outras mágicas unificando-as em uma só e sendo um aceite a tudo e a todos. A civilização que está se constituindo no Brasil se caracteriza pela sua transcendência. Há uma transcendência na unidade que se organiza dentro da dualidade posta pelos europeus de ver a civilização brasileira ora como inferno, ora como paraíso. Há uma transcendência por ser uma civilização mais direta e mais participativa. Há uma transcendência por incorporar novos valores, por ser além do que européia, por ser ameríndia e por ser africana. Há uma transcendência por sabermos sermos periféricos, mas não vemos isto como problema, mas, sim como aventura.

Devemos nos orgulhar e glorificar nossos valores, nossa tolerância, a brandura de nossos costumes, o nosso eclético venerar, o acolhimento afável, que concedemos ao que vem do estrangeiro, a nossa tropicalidade, a alegria simples que nosso povo tem mesmo na miséria, e um certo “*savoir vivre*”, que jamais perdemos nas piores circunstâncias e cuja visão e conhecimento deixam perplexos e atônitos a qualquer estrangeiro. Do Brasil se tem uma mensagem única de esperança: o sinal que a inteligência humana é capaz de saltar acima das suas limitações e se integrar na compreensão do universo total. Somos diferentes e somos especiais. O Brasil é o mundo, é o sonho do Ocidente da construção de uma única pátria humana feito na América. Nós fomos, somos e seremos a mundialização. Este é o nosso destino manifesto. A busca a mundialização é o nosso desiderato.

A Estratégia Nacional do Brasil

O Brasil é o principal estado nacional do Hemisfério Sul. A busca a mundialização, que é o objetivo maior da estratégia nacional do Brasil, tem de ter sua gênese no Hemisfério Sul. O Brasil, geograficamente, detém duas propriedades: a presença continental e a marítima. Destas colocações resulta o primeiro princípio da estratégia nacional do Brasil: a estruturação de um espaço de prevalência da mundialização no Hemisfério Sul, que observe as características de presença continental e de presença marítima do Brasil. O segundo princípio é a extensão deste espaço estruturado a todo Hemisfério Norte.

O detalhamento do primeiro princípio sugerido é:

i) O aproveitamento da presença continental mediante a formatação de um processo de cooperação sul-americana, aproveitando as componentes estruturais já apontadas, como instrumento de organização do processo de mundialização;

ii) O aproveitamento da presença marítima como instrumento de dominação do espaço marítimo do Atlântico Sul e condução do processo de mundialização ao Golfo da Guiné e costa ocidental da África.

iii) A criação de uma nova presença marítima a vinculada ao Oceano Pacífico que conduza a mundialização à Nova Zelândia a Austrália e a costa oriental da África.

O detalhamento do segundo princípio pressupõe a montagem de parcerias estratégicas e alianças com potências do Hemisfério Norte para a penetração da mundialização neste espaço e será fruto das circunstâncias conjunturais do balanço de poder neste Hemisfério. Contudo, está claro que a hegemonia completa de uma potência no Hemisfério Norte não é de interesse de nossa estratégia nacional, devendo todo o movimento pretendido considerar o apoio à contestação a essa possível hegemonia.

Neste momento, dada a complexidade da tarefa a ser empreendida na montagem da nossa completa estratégia nacional, devemos nos fixar no seu primeiro passo: o aproveitamento da presença continental do Brasil, mediante a formatação de um processo de cooperação sul-americana.

Contudo, qualquer estratégia nacional só será possível se trouxer dentro de si uma vontade nacional que seja capaz de contestar a ordem internacional.

Traçada a estratégia nacional é possível se estruturar um projeto nacional e deste se montar uma política de defesa para o nosso futuro.

O Brasil é antes de tudo um sonho. Defendê-lo é antes de tudo defender o sonho que habita a sua estratégia nacional: a mundialização ou a construção de uma única pátria humana.

Defender o Brasil é defender o sonho que habita o espírito do homem.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIDE, ROGER, 1973, *Brasil Terra de Contrastes*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- BERRY, B., 1969, "Review of B.M. Russet's *International Regions and the International System*", *Geographical Review* 59, 450-451.
- CALLEO, D. P., 1982, *The Imperious Economy*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- FICHTE, 1940., *O Estado Comercial Fechado*, Paris, apostilha da tradução francesa.
- FOUCAULT, M., 1980, *Power/ Knowledge*, New York, Parthenon Books.
- FREYRE, GILBERTO, 1971, *Novo Mundo nos Trópicos*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- FRIEDMAN, G. e LEBARD, M., 1991, *EUA X JAPÃO: Guerra à Vista*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FUKUYAMA, FRANCIS, "The End of History? ", *The National Interest*, number 16 (Summer 1989), pp 3-18.
- FURET, FRANÇOIS, 1989, *Pensar a Revolução Francesa*, Lisboa, Edições 70 Lda.
- GADDIS, JOHN LEWIS, 1982, *Strategies of Containment : A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy* New York , Oxford University Press.
- GILPIN, R., 1987, *The Political Economy of International Relations*, Princeton, N.J., Princeton University Press.
- GONÇALVES, REINALDO, 1994, *O Abre Alas A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará.
- GRAMSCI, ANTONIO, 1995, *Concepção Dialética da História*, Editora Civilização Brasileira S.A.
- HEGEL, G.W. F, 1986., *Introdução à Filosofia da História*, Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint
- KISSINGER, HENRY, 1994, *Diplomacy*, New York, Simon and Schuster.
- LANDES, DAVID S., 1994, *Prometeu Desacorrentado*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- LANDES, DAVID S., 1998, *Riqueza e a Pobreza das Nações*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- LIPPMANN, WALTER, 1943, *U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic*, Boston, Little, Brown.
- LIST, F., 1983, *Sistema Nacional de Economia Política, Coleção Os Economistas*, São Paulo, Abril Cultural.
- LODGE, J., 1993, *The European Community and the Challenge of the Future*, London, Pinter.
- MORGENTHAU, HANS J., 1951, *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*, New York, Knopf.

NIEBUHR, R. e HEIMERT A., 1963, *A Nation so Conceived*, New York, Charles Scriber's Sons.

NYE, J.S., JR., 1990, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, New York, Basic Books.

SCHUMPETER, J. A., 1954, *History of Economic Analysis*, New York, Oxford University Press

SCHWEIZER, PETER, 1994, *Victory*, New York, The Atlantic Monthly Press.

SPYKMAN, NICHOLAS J., 1942, *America's Strategy in World politics: The United States and the Balance of Power*, New York, Harcourt, Brace.

STRANGE, S., 1988, *States and markets*, New York, Basil Blackwell.

TAYLOR, G.H., 1955, *Economics and Liberalism, Collected Papers*, Cambridge, Harvard University Press

TOURAINÉ, MARISOL, 1995, *Le Bouleversement du Monde Geopolitique du XXIe Siècle*, Paris, Editions du Seuil.
